MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNSPDS

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
17 DE SETEMBRO DE 2018

Primeiro ato:

No dia 17 de setembro de 2018 às 15:19, no Salão Negro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, bloco T, teve início o evento do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSPDS), cuja temática abrangeu em um primeiro momento o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública e em segundo momento a instalação do CNSPDS. O evento contou com a presença das seguintes autoridades: Michel Miguel Elias Temer Lulia (Presidente da República), Raul Belens Jungmann Pinto (Ministro de Estado da Segurança Pública), Raquel Dodge (Procuradora Geral da República), José Antonio Dias Toffoli (Presidente do Supremo Tribunal Federal), Torquato Lorena Jardim (Ministro da Justiça), Nelson Jobim (Ex-Ministro da Justiça), compondo a mesa diretiva. Ainda os senhores: Luís Carlos Cazetta (Secretário-Executivo do Ministério de Segurança Pública), Rogério Galloro (Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal), Renato Antônio Borges Dias (Diretor-Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal), Tácio Muzzi Carvalho e Carneiro (Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional), João Tadeu Fiorentini (Secretário Nacional de Segurança Pública), Renato Newton Ramlow (Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil), João Luiz Pinto Coelho Martins de Oliveira (Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas), José Eduardo Pereira (Representante do Ministério da Defesa), Walter Baère de Araújo Filho (representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), Miquerlam Chaves Cavalcante (representante do Ministério dos Direitos Humanos), Dilton José Schuck (representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), Emerson Wendt (representante das polícias civis), Maurício Rezende Gouveia (representante das polícias militares), Francisco Luiz Telles de Macedo (representante dos corpos de bombeiros militares), Maurício Teles Barbosa (representante das secretarias de segurança pública ou de órgãos congêneres), Sandra Maria dos Santos (representante dos institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação), Carlos Alexandre Braga (representante das guardas municipais), Arnaldo Hossepian (representante do Poder Judiciário), Procurador Alexandre Camanho de Assis (representante do Ministério Público), Marcus Edson de Lima (representante da Defensoria Pública), Luiz Flávio Filizzola D'Urso (representante da Ordem dos Advogados do Brasil), Fabiano Dallazen (representante do Ministério Público) e Maria Tereza Uille Gomes (representante do Poder Judiciário). Igualmente, compareceram alguns representantes com notórios conhecimentos na área de políticas de segurança pública e defesa social e com reputação ilibada, a saber: Eliane Aleixo Lustosa de Andrade, Ilona Szabó de Carvalho e Cláudio Beato.

Às 15:30, deu-se início com o hino nacional e com a passagem de um vídeo demonstrativo do Plano Nacional de Segurança Pública.

O Ministro da Segurança Pública, Sr. Raul Belens Jungmann, começou com a palavra cumprimentando a mesa diretiva e os demais presentes da mesa do conselho. Disse que falar da segurança pública do Brasil é falar de números que trazem muita tristeza para o país, citou que 11% de todos os homicídios do mundo estão no Brasil. No ano de 2017 nós tivemos 63 mil homicídios, os números indicam que quase 4% do nosso PIB (R$ 290 bi) são absorvidos pela violência e deixam de impulsionar o nosso desenvolvimento. Citou o SUSP dizendo que tem 5 pilares, coordenação, integração, prevenção social, repressão qualificada, política nacional de segurança baseada em evidencias, e que o Brasil não tem sido capaz de produzir estatísticas confiáveis, vamos ter critérios de registros de todos os fatos que sejam comuns a todos, e vamos integrar toda a comunicação. Citou um pequeno balanço dizendo que além do ministério da segurança pública agora temos o SUSP e que com o SUSP temos a política nacional de segurança pública. Disse que vão estabelecer uma meta de redução de homicídios de 3,5% ao ano, mas que isso será conversado com os Estados. Citou a escola nacional de segurança pública e inteligência, o plano BNDES pró segurança, a criação de um centro internacional com a ONU, a primeira política nacional para egressos. Finalizou agradecendo a todos os presentes.

A Procuradora Geral da República, Raquel Dodge começou cumprimentando todos os presentes, saudou a iniciativa do novo modelo de intervenção da área de segurança do país. Disse que estamos vivendo uma crise da segurança pública e que precisamos tomar providências para assegurar à juventude um futuro promissor. Disse que não é um ministério instituído ou uma lei nova, e sim um sistema no estado federativo que integra autoridades que não conversavam entre si, que adotavam mecanismos de intervenção e diagnósticos diferenciados. Disse que a meta de redução é ousada e ambiciosa e que requererá um esforço, mas que é necessária. Finalizou dizendo que espera que se reencontrem para comemorar o alcance da meta.

Após o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli cumprimentou todos os presentes. Citou seu discurso de posse e como tratou da segurança no mesmo. Parabenizou o presidente da república e o ministro Raul Jungmann por tratar da segurança pública no país. Disse que a violência no país é uma epidemia que deve ser tratada envolvendo todos os poderes e toda a sociedade. Disse que queria registrar os agradecimentos ao presidente e ao seu ministro da segurança pública Raul Jungmann. Também tratou que já estão com convênios entabulados no sentido de aperfeiçoar tanto o sistema carcerário quanto um sistema para desencarceramento e a possibilidade do envolvimento do legislativo em propostas normativas que permitirão uma ressocialização mais adequada. Citou a integração e sua importância. Cumprimentou a presidência pela iniciativa inédita de se criar o SUSP, e aos demais pela articulação.

Por último, o Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer, cumprimentou os presentes. Disse que Raul Jungmann está nos dando feitos extraordinários, principalmente a reunião dos poderes do estado, que é fundamental, integrando todos os que participam da segurança pública. Disse que vivemos em uma federação de fachada e que a união, nesse caso, tem um papel preponderante. Citou que a criminalidade é muito organizada e que sempre busca ultrapassar a organização do país. Agradeceu ao Ministro Jungmann por reunir a divisão orgânica do poder, ou seja, Executivo, Judiciário, Legislativo, Ministério

Público e forças armadas, e do outro lado, divisão espacial do poder, União, Estados, Municípios e DF, tudo num corpo só para trabalhar com a sociedade com critérios de transparência.
Às 16:30 ocorreu uma pausa para o *coffee break* antes do início da reunião de trabalho.

Segundo ato:

Com todos os supracitados presentes, com exceção da mesa diretiva, às 17h07 teve a volta do *coffee break* e o início da reunião de trabalho com o Ministro Raul Jungmann dizendo para se reunirem em 30 dias para ter tempo de todos darem sua efetiva contribuição. Pediu que todos levem a pasta, discutam e tragam contribuições numa próxima reunião. Passou a palavra para o Secretário Cazetta que cumprimentou todos, explicou que a todos foi dado uma proposta de regimento interno a ser votada num próximo encontro. Tratou dos conselheiros pedindo sugestões para participação do comitê eleitoral. Foram anotados os nomes de quem gostaria de participar da votação. Ficou definido como Presidente João Luiz Pinto Coelho Martins de Oliveira, assim como Emerson Wendt, Mauricio Rezende Gouveia, Sandra Maria dos Santos e Carlos Alexandre Braga como os quatro conselheiros. Fez considerações sobre o Plano Nacional Segurança Pública.
Foi dada a palavra aos conselheiros:
Fabiano Dallazen pediu que fosse disponibilizado documento virtual da solicitação.
Ministro Raul Jungmann disse que já tem e está sendo disponibilizado.
Emerson Wendt perguntou da prioridade, da questão de ordem.
Ministro disse que não tem priorização.
Renato Sergio de Lima reafirmou que não há prioridade, mas citou alguns assuntos a serem levantados com prioridade.
Ministro Raul Jungmann disse que não tem pretensão em invadir um futuro governo, mas tem de responder ao plano e que num governo próximo que o trabalho seja revisto e aprimorado ou mantido.
Claudio Beato disse sobre a infraestrutura de gestão de profissionais amarrada ao orçamento, uma segunda é da importância dos municípios, se precisa alocar um recurso especificamente para dar condições que as guardas municipais trabalhem.
Maurício Gouveia disse que é importante avaliar de forma nacional quais os crimes que contribuem para esse afastamento da sociedade da segurança pública
Ministro respondeu Beato dizendo que quis que esse plano trouxesse a questão orçamentária, mas que não foi possível e reconhece que é uma debilidade, estão discutindo o percentual a ser disponibilizado. Também concorda na questão dos municípios dizendo que a prevenção social devia ter mais peso. Em relação a proposta do comandante está registrada e será posta em votação.
Maurício Barbosa com a palavra disse que isso vai facilitar muito o caminho da segurança pública, discutir as prioridades em termos de análise que se vai além dos números, precisamos abrir as caixas pretas de todas as instituições, disse que é importante que se pegue experiências do que se deu certo e errado em planos anteriores para que se concretize a meta de 3.5%.
Ministro Raul Jungmann disse que os planos anteriores careciam da institucionalidade, que estamos começando a construir um orçamento federal para segurança pública.
Ministro Raul Jungmann disse que antes que ela saia para o conselho estabelecer uma data da próxima reunião.
Cazetta disse que acha que deveria ser na semana do dia 22
Maurício Gouveia sugeriu segunda dia 15
Deixaram em aberto para definição posterior segunda 22 ou segunda 15.

Francisco Telles de Macedo disse que no plano não se percebe a participação dos corpos de bombeiros em qualquer dos objetivos ou qualquer das prioridades.

Emerson Wendt disse que se precisa trabalhar na questão não só da eficácia, mas também da eficiência, simultaneamente. Reforça a ideia do Mauricio. Propôs que os encontros sejam mais próximos, e não só duas vezes ao ano. Sugeriu a criação de duas câmaras temáticas e duas práticas pertinentes a prevenção e a investigação criminal.

Maria Tereza Uille disse que é fundamental a preocupação com o sistema prisional, disse que é possível falar que a partir dele que se faz a construção da política de segurança pública, disse que o CNJ aprovou o cadastro nacional de presos. Frisou a importância da integralização. Tratou da do plano penitenciário nacional dizendo que se precisa ouvir o setor de inteligência prisional

Sandra Maria dos Santos queria registrar a satisfação de participar desse momento histórico, disse que é necessária a mudança, frisou a importância do que já foi dito, e disse que é preciso que o plano fale de forma mais contundente sobre ciência e tecnologia para investigação de crimes

Erica Nassara disse que precisamos de uma recuperação da confiança nas nossas instituições queria deixar como sugestão que se pudesse fazer alguma correlação com as finalidades trazidas pela lei para o plano e também uma correlação com a estratégia nacional de desenvolvimento econômico social.

Marcos Edson disse que gostaria de pedir apoio aos respectivos representantes do CNMP e CNJ.

Walter Baère disse que concorda com a colega Erica Nassara, parabeniza o capitulo 8 (oito) em função da priorização que ele trata.

Cazetta disse para enviarem no mesmo documento as críticas e sugestões para que na próxima reunião fique mais objetivo.

Ministro designou Débora Fernanda para ser a secretária executiva do conselho, disse que o comandante do corpo de bombeiros tem razão e que isso é só uma proposta que ficará muito mais rica com a contribuição dos conselheiros. Agradeceu a participação de todos e encerrou a primeira reunião do CNSPDS.